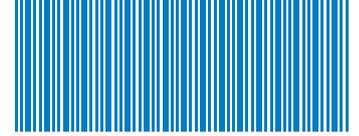


Editorial

“Não é na solidão que se aprende a ler. A leitura é uma prática social” – destaca a educadora argentina Delia Lerner, entrevistada desta 26ª edição da revista *Veras*. Especialista em Didática da Leitura e Escrita com presença ativa como consultora em escolas brasileiras e de seu país, autora de um livro muito trabalhado por docentes em cursos de formação continuada (*Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário* – Artmed, 2002), na entrevista ela destaca algumas características do ensino e da aprendizagem de leitura e escrita na escola: da importância de se criar um espaço regular de leitura em sala de aula – da Educação Infantil ao Ensino Médio – à formação de comunidades de leitores que compartilhem suas experiências; da produção compartilhada de textos à necessidade da revisão também ser feita pelos próprios alunos e não apenas pelo professor. Por fim, Délia Lerner questiona a validade de algumas avaliações que aferem a competência escritora e leitora de estudantes usando uma única métrica, como o PISA, que avalia estudantes de 15 anos de 81 países: “Eu me pergunto em que medida é legítimo avaliar com a mesma prova o desempenho de estudantes que aprendem em contextos sociais e educativos muito diferentes”, observa a professora da Universidade de Buenos Aires nesta entrevista concedida em dezembro de 2023.

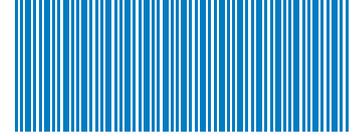
Dos cinco artigos que integram, com a entrevista, esta edição da revista *Veras*, três deles se debruçam sobre os desafios da Educação Infantil. O primeiro deles, *Concepções de professoras da Educação Infantil sobre as funções executivas e sua promoção na escola*, de autoria de Rita Melissa Lepre e Débora de Hollanda Souza, busca compreender a concepção sobre as funções executivas (FE) e como se dá sua promoção em turmas de crianças pequenas pesquisando 31 professoras



dessa etapa da Educação Básica de uma rede municipal de cidade de médio porte do estado de São Paulo. As FE estão na base do comportamento humano intencional e incluem alguns processos cognitivos complexos tais como controle inibitório, flexibilidade cognitiva, planejamento, tomada de decisões e memória operacional (de trabalho). As autoras observaram dificuldades na compreensão deste conceito, tão importante para a Psicologia do Desenvolvimento Infantil, entre as professoras pesquisadas, e apresentam proposições didáticas para estimular as FE entre crianças pequenas, lembrando que as crianças entre zero e seis anos de idade encontram-se em um período sensível, definido por “momentos de maior capacidade de modificação e maleabilidade dos circuitos cerebrais em resposta a determinada experiência ambiental”.

A segunda contribuição relativa à prática docente na Educação Infantil vem de Marisa Vasconcelos Ferreira e Daniel Domingues Santos. No artigo *Uso da Escala de Avaliação de Ambientes de Aprendizagens dedicados à Primeira Infância (EAPI): pontos de vista de coordenadoras pedagógicas*, a dupla de pesquisadores inicialmente apresenta diferentes ferramentas de avaliação, tanto nacionais, como os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (INDIQUE), quanto internacionais, caso das ferramentas criadas no âmbito do Projeto MELQO (*Measuring Early Learning Quality and Outcomes*), iniciativa da Unesco, Unicef, Brookings Institution e Banco Mundial, para, na sequência, apresentarem os resultados da própria pesquisa. Esta foi feita com seis coordenadoras pedagógicas de um município cearense de médio porte, e na análise dos resultados, os autores observam que “existiria uma demanda, para além de um treinamento usual da EAPI, de se construir um fluxo de trabalho que apoie essa profissional e dê consequências para aquilo que se verifica na observação.”

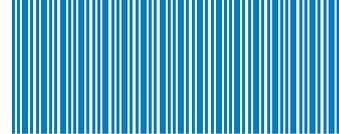
Já a colaboração de Pedro de Oliveira Milagres, Natália Franciele Lessa e Soraya Dayanna Guimarães dos Santos, intitulada “*‘Eu era mal, hein!?’: experiências de professoras*



em formação inicial da Educação Física na Educação Infantil”, acompanha a primeira experiência docente de duas professoras em formação inicial da Educação Física na Educação Infantil, por meio de uma ferramenta de avaliação chamada de Autoconfrontação Simples (ACS). Como o próprio título bem-humorado entrega, a ACS, que inclui gravações em vídeo e análises a posteriori da sequência planejada e executada, revelaria às professoras novatas alguns dos imensos desafios quando docentes recém-formados passam a utilizar a teoria aprendida em sua formação na prática cotidiana escolar.

Outra colaboração também aborda a disciplina da Educação Física, porém agora sob o prisma do gênero. Em *Trajetórias de professoras de educação física: da invisibilidade histórica ao protagonismo na década de 1930*, Marcela Bruschi investiga a participação de professoras e seus envolvimento em um projeto de escolarização da Educação Física nos anos de 1930, quando as primeiras professoras formadas na Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEFES), criada em 1931, passaram a ocupar um lugar tradicionalmente ocupado por homens na rede pública de ensino do Espírito Santo. “Ao trazer essas mulheres capixabas para a centralidade”, afirma a autora, “elas são retiradas de um lugar de anonimato mantido pela tradição historiográfica da área Educação Física para que apresentem suas trajetórias e contribuições.”

Encerra esta edição uma curiosa contribuição de Anderson Lucas da Silva Macedo, “*Considerações sobre o bilinguismo dos Coloureds sul-africanos*”, que se propõe a discutir conceitos de bilinguismo e bilingualidade a partir de pressupostos teóricos da Sociolinguística a partir das especificidades de um grupo étnico sul-africano conhecido como *Coloured*. Descendentes dos indígenas Khoisan, que se miscigenaram com os europeus, asiáticos e africanos escravizados levados à região da Cidade do Cabo, os *Coloured* pertencem a um grupo de pessoas de ascendência multirracial distinta tanto dos brancos quanto dos negros sul-africanos, e formam um grupo étnico bilíngue em inglês



e *afrikaans*. A pesquisa feita por Anderson revelou que os jovens *Coloureds* usam mais o inglês do que o *afrikaans*, embora façam parte de comunidades onde ambas as línguas são faladas. O texto mostra que não é possível classificar, de maneira trivial, o bilinguismo dos falantes em questão devido aos diversos contextos familiares e sociais em que eles estão inseridos, gerando distintas proficiências e atitudes em ambas as línguas. Dessa forma, ao abordar conceitos importantes, como a distinção entre bilinguismo e bilingualidade, este artigo traz contribuições sobre um tema cada vez mais presente no mundo globalizado onde há cada vez mais cidadãos fluentes em dois ou mais idiomas.

Boa leitura!

*Regina Scarpa (Diretora Pedagógica do Instituto Vera Cruz),
Ricardo Prado e Adriana Dantas (editores da revista Veras)*

